Relatório de Atividades da Escola do Legislativo | 2013

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ESCOLA DO LEGISLATIVO 2013

Escola do Legislativo

ASSEMBLEIA DE MINAS
Poder e Voz do Cidadão

Belo Horizonte | Dezembro de 2013

MESA DA ASSEMBLEIA

Deputado Dinis Pinheiro

Presidente

Deputado Ivair Nogueira

1º-vice-presidente

Deputado Hely Tarqüínio

2º-vice-presidente

Deputado Adelmo Carneiro Leão

3º-vice-presidente

Deputado Dilzon Melo

1º-secretário

Deputado Neider Moreira

2º-secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr.

3º-secretário

SECRETARIA

Eduardo Vieira Moreira

Diretor-geral

Carlos Eduardo Ribeiro de Navarro

Secretário-geral da Mesa

M663 Minas Gerais. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo.
Relatório de atividades da Escola do Legislativo : 2013 / Escola do Legislativo. – Belo Horizonte : Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, 2014.
80 p.
1. Minas Gerais. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo – Relatório (2013). I. Título.

CDU: 342.53(815.1)

ESCOLA DO LEGISLATIVO

Av. Olegário Maciel, 2.161 – Lourdes

30180-112 – Belo Horizonte – Minas Gerais

(31) 2108-3400

www.almg.gov.br/escola

escola@almg.gov.br

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Rodrigues Caldas, 30 – Santo Agostinho

30190-921 – Belo Horizonte – Minas Gerais

(31) 2108-7000

Publicação da Escola do Legislativo

Texto e edição – Escola do Legislativo

Diretoria de Comunicação Institucional

Criação, formatação e revisão – Gerência de Comunicação Visual

Gerência-Geral de Suporte Logístico

Impressão

Sumário

Apresentação 7

Ensaios e reflexão 13

Educação, cidadania e legislativo 15
A formação política no projeto Parlamento Jovem de Minas 21
Parlamento Jovem municipal: expectativa de novos horizontes 27

Demonstrativo de atividades de 2013 35
Resultado Consolidado das Atividades de 2013 37
1. Direcionamento estratégico da ALMG – 2010/2020 39
1.1 Projeto Estratégico – Carteira de Projetos Estratégicos 2013-2015 41

2. Capacitação Interna 43
2.1 Formação introdutória à carreira do servidor da Assembleia Legislativa (Cfal) e palestras informativas 45
2.2 Demanda Setorial 47
2.3 Programa de atualização em Poder Legislativo e administração pública 50

3. Cooperação Interinstitucional 51
3.1 Programa de Apoio aos municípios – Encontros com a política (em parceria com o Centro de Apoio às Câmaras – CEAC) 53
3.2 Programa de formação de multiplicadores 54
3.3 Cursos 54
3.4 Cooperação interinstitucional 54
3.5 Programa de capacitação em Poder Legislativo municipal – Agenda 2012/2013 (em parceria com o Centro de Apoio às Câmaras – CEAC 56

4. Educação para Cidadania 59
4.1 Parlamento Jovem 61
4.1.1 Parlamento Jovem de Minas – 2013 – Parceria com o Instituto de Ciências Sociais/PUC Minas e câmaras municipais mineiras 61
4.1.2 Parlamento Jovem de Minas – 2014 – Parceria com o Instituto de Ciências Sociais/PUC Minas e câmaras municipais mineiras 62
4.1.3 Gestão do Parlamento Jovem de Minas 2013 62
4.1.4 Visitas técnicas 63
4.1.5 Parlamento Jovem Municipal – Parceria com as câmaras municipais 64
4.2 Visitas Orientadas 65
4.3 Formação Política 65

5. Pesquisa e Reflexão 67
5.1 Especialização em Poder Legislativo e Políticas Públicas 69
5.1.1 Turma 2011 69
5.1.2 Turma 2012 69
5.1.3 Turma 2013 71
5.2 Pensando em Minas 72
5.3 Publicações 72

6. Atuação em Rede 73

7. Outras Atividades 77

Apresentação

A importância da atuação das escolas de governo em atividades abertas à sociedade, com vistas a contribuir para a formação do cidadão, é um das discussões sempre presentes na pauta dos encontros anuais da Rede de Escolas de Formação de Agentes Públicos de Minas Gerais (Reap-MG), desde o início da sua organização. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por meio da Escola do Legislativo, está também engajada nesse esforço desde o final dos anos de 1980, desenvolvendo iniciativas voltadas especialmente para o público estudantil.

As primeiras atividades foram oferecidas ainda durante o processo constituinte mineiro, em 1989. Elas inspiraram novas ações, a partir dos anos de 1990, como os programas Visitas Orientadas e Jornadas Universitárias. Nos anos 2000, outras iniciativas foram implementadas, como o Conexão Assembleia e o Parlamento Jovem, projeto este iniciado na Capital e hoje já interiorizado, mobilizando estudantes do ensino médio de todo o Estado. Também com ênfase na educação para cidadania, outros setores da ALMG, além da Escola do Legislativo, desenvolvem projetos, como o Expresso Cidadania, Procon na Escola, TV Escola e o programa Geração, produzido e exibido pela TV Assembleia.

Projeto estratégico

Em 2013, a temática da formação cidadã foi incluída na Carteira de Projetos do Direcionamento Estratégico da ALMG 2010-2020, para o biênio 2013-2014, com o projeto estratégico Educação para Cidadania no Par-

lamento, coordenado pela Escola do Legislativo. O seu principal objetivo é ampliar as oportunidades de participação de jovens em ações de educação para cidadania, com vistas a estimular a sua participação política e contribuir para uma melhor compreensão do Poder Legislativo.

Foram propostas seis ações, com metas a serem alcançadas até o final do biênio 2013-2014: mapeamento e articulação das ações da ALMG em educação para cidadania; ampliação da participação dos jovens em ações de educação para cidadania, implementadas, nos perfis da ALMG, nas redes sociais; participação dos jovens do ensino superior no acompanhamento da tramitação dos projetos de planejamento e orçamento público; regionalização do Parlamento Jovem de Minas; reformulação do espaço Educação para Cidadania no portal da ALMG; desenvolvimento de jogos digitais para implementação em diferentes plataformas.

Assim, no ano de 2013, a Escola do Legislativo concentrou boa parte de seus esforços na implementação desse projeto, mobilizando parceiros internos – entre os diversos setores da ALMG – e externos, representados especialmente pelas instituições de ensino superior da Capital. Internamente, a Escola do Legislativo remodelou o seu Núcleo de Educação para Cidadania, integrando as ações dos demais núcleos de trabalho aos seus programas de formação política e cidadã. Esse esforço tem permitido o maior envolvimento de toda a equipe na construção e implementação dessas ações.

Entre as ações do projeto estratégico, a Escola do Legislativo implantou, em 2013, uma edição-piloto do programa Conexão Assembleia, em parceria com a Gerência-Geral de Consultoria Temática da ALMG e o curso de Gestão Pública da UFMG. Durante todo o segundo semestre, os alunos inscritos participaram de palestras e cursos na Escola do Legislativo, sobre conteúdos ligados à temática Planejamento e Orçamento Público, e fizeram o acompanhamento da tramitação das peças orçamentárias. O modelo foi avaliado e será referência em novas edições do programa.

Também em 2013, a Escola do Legislativo iniciou, junto com a PUC Minas (Proex e Instituto de Ciências Sociais) e as Câmaras Municipais, parceiros no Parlamento Jovem de Minas, a discussão de um modelo de regionalização do projeto, que irá permitir ampliar o número de Câmaras Municipais participantes por edição.

Dando continuidade às ações do projeto estratégico, a Escola do Legislativo firmou, em 2013, parcerias externas com instituições de ensino superior, para o desenvolvimento, no próximo ano, das primeiras versões de três jogos digitais para diferentes plataformas, em torno do tema "Poder Legislativo". A maior articulação de programas e ações de educação para cidadania da ALMG, a apresentação do Guia de Orientação dos Gestores para Uso das Redes Sociais, e as primeiras discussões para implementação do novo espaço de Educação para Cidadania no Portal da ALMG são outras ações do projeto estratégico que deverão ser implementadas a partir de 2014.

Capacitação dos novos vereadores

Juntamente com esse trabalho, a Escola do Legislativo deu continuidade às suas demais ações, realizando 321 atividades no ano, entre cursos, palestras e oficinas, tanto para os servidores quanto para o público externo, além de atividades de educação para cidadania e formação política, totalizando mais de 3 mil horas/aula. Esse conjunto de atividades, apresentado no Anexo deste relatório, alcançou 10 mil 494 participantes. Quase 50% desse público foi mobilizado em atividades de educação e formação cidadã.

Em parceria com o Centro de Apoio às Câmaras (Ceac), da ALMG, a Escola do Legislativo ofereceu, durante todo o ano de 2013, uma nova edição do Programa de Capacitação em Poder Legislativo Municipal – Agenda 2012/2013, dirigido aos vereadores eleitos no pleito de 2012. Foram realizadas 27 atividades, com 236 horas/aula, certificando mais de 1 mil participantes. Também em parceria com o Ceac/ALMG e Câmaras Municipais, a Escola promoveu 14 edições do projeto Encontros com a Política, abor-

dando temáticas de interesse dos legislativos municipais, que mobilizaram um público de mais de 600 participantes.

Foi destaque, ainda, na programação de 2013, o lançamento do livro *A modernidade no discurso político: a Assembleia Legislativa e o Governo JK em Minas Gerais*, resultado de pesquisa realizada no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisa da Escola do Legislativo (Nepel), pelas servidoras Maria Elisabete Gontijo dos Santos e Beatriz Gontijo dos Santos. A publicação analisa a forma como foi implantada a proposta de modernização do governo Juscelino Kubitschek, por meio da análise dos discursos parlamentares realizados na Assembleia Legislativa mineira e outros documentos históricos. As pesquisadoras procuraram verificar, entre outros aspectos, o sentido da modernidade diante do tradicionalismo então dominante, o quadro político e social na qual ela se instalava, e as relações entre os atores políticos e entre o Governo e o Parlamento.

Parlamento Jovem de Minas

Além das informações sobre o conjunto das atividades realizadas pela ALMG/ELE em 2013, esta edição do Relatório de Atividades da Escola do Legislativo traz, na seção Ensaios e Reflexão, três artigos sobre o projeto Parlamento Jovem de Minas: Educação, cidadania e legislativo, assinado pela gerente-geral da ELE, Ruth Schmitz de Castro; A formação política no projeto Parlamento Jovem de Minas, dos professores da PUC Minas, Alexandre Eustáquio Teixeira e Robson Sávio Reis Souza; e Parlamento Jovem municipal: expectativa de novos horizontes, do coordenador do Parlamento Jovem de Juiz de Fora, Sérgio Peres Dutra.

Realizado em parceria com a PUC Minas e Câmaras Municipais de Minas Gerais, o projeto Parlamento Jovem completou, em 2013, 10 edições consecutivas. As seis primeiras mobilizaram estudantes do ensino médio apenas de Belo Horizonte. A partir de 2010, o projeto foi interiorizado, envolvendo os demais municípios mineiros, com quatro edições já concluídas. Desde o início da sua interiorização, 17 municípios já participaram do Parlamento Jovem de Minas, 12 dos quais atuaram em todas as quatro

edições. Nesses quatro anos, foram mobilizadas 207 escolas do ensino médio, das redes de ensino pública e privada de Minas Gerais, propiciando a participação, na etapa municipal, de 2 mil 948 estudantes.

A extensão do projeto aos demais municípios mineiros, possibilitando a participação de jovens de diferentes regiões do Estado, trouxe novos desafios aos parceiros, exigindo a contínua reconstrução do projeto, com ajustes e mudanças a cada edição, para permitir o alcance de seus objetivos. Os desafios dizem respeito à articulação dos atores responsáveis pela coordenação do projeto, passando pela capacitação e formação política dos monitores e estudantes do ensino médio, até à concepção da dinâmica das etapas municipais e estaduais.

E, já no final de 2013, a Escola do Legislativo, engajada no Direcionamento Estratégico da ALMG 2020, vem discutindo, junto com seus parceiros, um novo salto para o projeto, com a inclusão de uma etapa intermediária, regionalizada. Na proposta, que será avaliada em 2014, as câmaras municipais se organizarão em polos e terão uma atuação coletiva. Nesse modelo, haverá uma sessão regional para escolha de propostas e representantes do polo, que irão atuar na etapa estadual. Com esse formato, o Parlamento Jovem de Minas terá um alcance ainda maior, propiciando a participação de novos municípios a cada edição.

E a cada avanço, correspondem novos desafios. É um momento, portanto, de muita reflexão para todos os atuais parceiros do Parlamento Jovem de Minas e para aqueles que pretendem, em um futuro próximo, se engajar no projeto. Com a publicação dos três artigos sobre o Parlamento Jovem de Minas, pretendemos contribuir para essa reflexão, acrescentando novos tópicos à discussão. Boa leitura a todos!

Ensaios e reflexão

Educação, cidadania e legislativo

Ruth Schmitz de Castro
Gerente-geral da Escola do Legislativo

Em 2013, o Parlamento Jovem (PJ), projeto realizado pelo esforço de uma rede de parlamentos mineiros coordenados pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e pela PUC Minas, comemorou sua 10ª edição. Com um formato dinâmico, aberto e inovador, o PJ de Minas foi inicialmente um projeto municipal, estadualizou-se em 2010 e em 2013 iniciou o processo de inclusão de mais uma etapa, a regional. A aglutinação de municípios em polos, já em andamento na edição de 2014, possibilitou um aumento significativo no número de municípios, escolas e estudantes participantes.

Além de comemorarmos uma dezena de edições de um projeto que mobiliza a juventude em torno da participação política e da preocupação com o bem comum, algo maior merece ser celebrado: o compromisso de instituições mineiras – ALMG, PUC Minas e câmaras municipais participantes – com a construção da democracia, a ampliação dos espaços públicos de participação e a reinvenção da cidadania. Quando o compromisso com a educação e o desejo de contribuir com a melhoria da qualidade da política que se faz em nosso país se cruzam, alicerçados na seriedade e na competência técnica, o resultado não poderá ser outro que não o sucesso colhido ao longo das 10 edições realizadas.

A partir de um desenho ágil e criativo, que se baseia na lógica de funcionamento de redes, o PJ de Minas se fortalece metodologicamente a cada

ano e promove a educação para a cidadania e a socialização política de jovens, valorizando, assim, o protagonismo juvenil, a participação, a cooperação e a construção da autonomia e da consciência crítica e criadora dos estudantes envolvidos.

Refletir sobre o que representa esse projeto – que se espalha pelo Estado e que repercute positivamente nas ações de jovens que escolhem participar politicamente – exige que nós, pontos dessa grande rede de educação cidadã, explicitemos alguns pilares que orientam nossa reflexão e que moldam nossas escolhas ao longo da contínua reconstrução desse projeto: De que Legislativo tratamos no projeto? Que educação promovemos? Qual cidadania estamos trabalhando para construir?

Temos como referência um Legislativo que se reconhece como espaço de produção de conhecimento e que sabe que nele se colocam em ação saberes diversos e temáticas múltiplas, construídos coletivamente por uma rede em que se conectam cidadãos que desempenham diversos papéis, em diferentes campos da atividade humana. Um Legislativo visto como instituição marcada pelo pluralismo, pela centralidade no processo de organização e funcionamento da democracia. Um Legislativo que tem uma função educativa e pedagógica que se materializa na interação de grupos diversos, no diálogo e no enfrentamento cotidianos, no confronto de marcos teóricos e na tomada de decisão responsável e comprometida com interesses da sociedade. Um Legislativo que se preocupa com a formação política de sua juventude e que, portanto, assume seu papel na construção de uma sociedade melhor, que exerce a representação com a participação, que tem como compromissos produzir legislação de qualidade, avaliar e fiscalizar políticas públicas em sintonia com os interesses da sociedade, além de atuar de forma ética e transparente.

A educação que sonhamos promover deve ter como meta a construção da autonomia, da liberdade plena, e a busca incansável pela formação completa do cidadão. Ela precisa se pautar em valores como solidariedade,

espírito cívico, altruísmo, ética e respeito pelo bem comum. Deve ser uma educação para e pela democracia. Afinal, "educamos para transformar o que sabemos, não para transmitir o já sabido. Se algo nos anima a educar é a possibilidade de que esse ato de educação, essa experiência em gestos, nos permita libertarmo-nos de certas verdades, de modo a deixarmos de ser o que somos, para ser outra coisa para além do que vimos sendo" (LARROSA e KOAHN).

> Integrar a educação no Legislativo com a educação do Legislativo e, dessa forma, fazer da educação legislativa mola propulsora do aprimoramento desta instituição essencialmente democrática que é o Parlamento. Se se reconhece que a promoção da democracia é uma das funções do Parlamento, é fundamental que as escolas do Legislativo se constituam em um *locus* de produção de conhecimento e de desenvolvimento de programas educativos sobre a democracia, quer o façam individualmente ou em conjunto com outras instituições e organizações, quer esses programas sejam direcionados para os servidores das casas legislativas ou para os mais diferentes públicos (COSSON, 2008, p.201).

Que cidadania estamos trabalhando para construir? Cidadania é assunto aberto, é termo polissêmico, que se reconfigura em cada contexto. Buscamos a cidadania que contenha a ideia de contrato social de Rousseau, mas também a de contrato natural de Michel Serres. Cidadania que gire em torno do estatuto de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada, que lhe confira direitos e obrigações. Uma cidadania que explicite seus vínculos e compromissos com o mundo que desejamos construir e preservar. Cidadania que pressupõe a busca por modos de viver e conviver solidariamente, respeitando e fazendo respeitar cláusulas acordadas. Cidadania que pressupõe pluralismo de opinião e livre acesso à expressão pública. Que resgata a ideia de participação ativa dos cidadãos nos assuntos da comunidade, presente na ideia de cidadania grega e romana, mas que alarga o conceito de cida-

dão, que era por demais excludente nessas sociedades. Cidadania que continua alargando os direitos dos indivíduos, mas que revela também os compromissos desses indivíduos com a coletividade. Cidadania diferenciada e profunda, marcada por múltiplas vozes e linguagens, num mundo também múltiplo, que é ponto de partida para uma variedade ético-política em que "Babel" é mais uma oportunidade do que um desastre, mais uma promessa do que uma ameaça.

> A cidadania, tal como qualquer outra coisa, tem que ser aprendida. Os jovens não se tornam bons cidadãos por acidente, da mesma forma que não se tornam acidentalmente bons enfermeiros, bons engenheiros, bons condutores ou bons informáticos. A nossa preocupação é a necessidade de proporcionar aos jovens os encorajamentos necessários para aprenderem a ser bons cidadãos (COMMISSION ON CITIZENSHIP – REINO UNIDO, *apud* SANTOS, 2005, p. 99).

E porque é necessário ensinar e aprender a cidadania, projetos como o PJ de Minas são idealizados. Mas é porque esse ensinar e aprender precisam se construir na perspectiva de uma educação que transforma o que sabemos, e que não apenas transmite o já sabido, é que esses projetos precisam ser reinventados diuturnamente, sempre com a contribuição de todos os partícipes.

> A educação para a cidadania deve dar a confiança às pessoas para reivindicar os seus direitos e para desafiar o *status quo*, e, ao mesmo tempo, fazer claramente constar que direitos implicam obrigações. Deve promover o respeito para com a lei, a justiça e a democracia. Deve alimentar o interesse pelo bem comum, ao mesmo tempo que incentivar a independência do pensamento. Deve fornecer às pessoas uma panóplia de capacidades essenciais: escutar, discutir, argumentar; e aceitar a sabedoria ou a força maior de uma visão alternativa (RELATÓRIO CRICK, 1998).

Para a realização do PJ, foi necessário fazer um inventário de valores que informassem a educação cidadã, valores que reclamam profundidade, desígnio e senso de relação com a vida. Por isso, assumimos, como Maria Eduarda Vaz Muniz dos Santos (2005, p. 109-117), uma matriz triádica para aprender a cidadania: educação em (sobre) cidadania, educação pela (na) cidadania e educação para a cidadania.

Ao buscarmos a educação em (sobre) cidadania, pretendemos nos capacitar a **conhecer como cidadão**. Numa perspectiva cognitiva, precisamos buscar um letramento político. Para tanto, é preciso fornecer informação e promover a capacidade do cidadão de se pronunciar sobre temas fundamentais da cidadania. Conteúdos, valores, princípios e atitudes devem ser conhecidos e, também, formas de ação adequadas a situações e contextos diversos. Na perspectiva da educação pela (na) cidadania, o que entra em jogo é **atuar como cidadão**, porque "não há nada que controle os órgãos máximos do poder, a não ser a cidadania. E não há escola possível para a cidadania; nada nos prepara para ela, somente o risco do seu exercício" (CARVALHO NETTO, 2008, p. 116). Ou, de outra forma, é na ação cidadã que se educa para a cidadania. A perspectiva aqui é a do presente, da experiência: aprende-se cidadania praticando a autonomia, a participação e a cooperação. Dessa forma, preparamo-nos para uma educação para a cidadania, na qual se pensa como cidadão. A perspectiva é futura, e compreende as duas anteriores. Traduz a complexidade do nosso contexto e do conceito de cidadania, além de potencializar um conjunto de ferramentas que nos habilitam a encarar novas situações, a fazer nossas próprias escolhas, a enfrentar novos dilemas com autonomia, senso crítico e responsabilidade com a vida e com o mundo.

Ano a ano, o desenvolvimento do projeto PJ de Minas nos dá a certeza de que estamos promovendo a educação em, por e para a cidadania. A Assembleia de Minas, a PUC Minas, as câmaras municipais e demais instituições parceiras estão desenvolvendo em e com nossos estudantes o letramento necessário para viver em sociedade, o respeito e o reco-

nhecimento do outro como igual e diferente, a competência para participar em comunidades democráticas e, principalmente, a capacidade de pensar criticamente e de agir responsável e responsivamente num mundo pluralista.

Referências

CARVALHO NETTO, Menelick. A contribuição da Legística para uma política de legislação: concepções, métodos e técnicas. Legística: qualidade da lei e desenvolvimento. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, p. 103-116, 2009.

COSSON, Rildo. Escolas do Legislativo, Escolas de Democracia. Brasília. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.

CRICK, B. Education for citizenship and the teaching of democracy in schools. Final report of the Advisory Group on Citizenship. London: Qualifications and Curriculum Authority (QCA), 1998. Texto em português disponível em: http://www.somosportugueses.com/freedownloads/culturas/cidadania/relatorio_crick.pdf. Acesso em 07/04/2014.

SANTOS, Maria Eduarda Vaz Muniz dos. Que cidadania? Lisboa. Santos-Edu, 2005.

A formação política no projeto Parlamento Jovem de Minas

Alexandre Eustáquio Teixeira
Doutorando em Ciências Sociais e professor do Departamento de Ciências Sociais (PUC Minas) / Coordenador do Núcleo de Políticas Sociais e Urbanas (Proex – PUC Minas) / Coordenador do PJ de Minas pela PUC Minas.

Robson Sávio Reis Souza
Doutor em Ciências Sociais e professor do Departamento de Serviço Social (PUC Minas) / Coordenador do Núcleo de Estudos Sociopolíticos (PUC Minas) / Coordenador do PJ de Minas pela PUC Minas.

Nas sociedades contemporâneas, caracterizadas pela complexidade e diversidade, em razão do grande número de cidadãos, do tamanho das cidades e da pluralidade de ideias, a democracia se consolidou a partir do princípio da representatividade. Seu funcionamento pressupõe que os cidadãos, livres e conscientes de seus deveres na construção de sociedades mais justas e igualitárias, elejam representantes políticos para legislarem sobre assuntos de interesse coletivo e administrarem os órgãos do Estado. Por isso, nas democracias contemporâneas, o exercício da participação se dá por meio de um sistema indireto ou representativo.

> Foi a invenção da representação que permitiu a vigência da democracia nas sociedades contemporâneas que são complexas e heterogêneas, compostas de milhões de pessoas e atravessadas por múltiplas clivagens e formas plurais de formação de identidades coletivas (DAHL *apud* ANASTASIA e NUNES, 2006, p. 18).

Portanto, a escolha dos representantes políticos pelos cidadãos é uma das condições necessárias para a existência e o bom funcionamento das democracias modernas. O voto direto, com igual valor para todos, é uma das principais formas de participação política. No modelo representativo, o voto é o pressuposto fundamental para o exercício da cidadania. No entanto, apenas votar em eleições regulares tem-se mostrado insuficiente para o exercício pleno da democracia. É preciso que o eleitor esteja atento às ações de seus representantes. Nesse sentido, a democracia demanda a participação constante dos cidadãos e o controle das ações dos representantes eleitos. Um regime de governo verdadeiramente democrático é aquele que ultrapassa o mero formalismo da lei e da ordem e, por meio do engajamento político dos seus cidadãos, promove a inclusão e a justiça social pela efetivação dos direitos.

Mas em que consiste a participação política do cidadão? Ela pode ser entendida como um tipo de ação social na qual ele interage, na esfera pública, diretamente com outros indivíduos, grupos ou instituições, para pensar e agir sobre temas de interesse coletivo. Compreendem atividades dos mais diversos tipos, desde as mais simples, tais como acompanhar e discutir acontecimentos do cotidiano e os seus impactos na vida social, posicionando-se frente a eles com vistas a solucioná-los, até as mais engajadas, como associar-se em grupos, partidos políticos ou movimentos sociais para reivindicar demandas e direitos específicos ao Estado.

Para o exercício mais qualificado da participação, necessário para uma democracia mais forte e efetiva, os cidadãos devem conhecer os seus direitos e deveres e o funcionamento das instituições políticas. Só assim, podem exercer com mais eficiência e efetividade o papel de ator político relevante nos rumos da vida pública.

Nesse contexto, o projeto Parlamento Jovem de Minas (PJ Minas) tem uma proposta inovadora de formação política da juventude: propicia aos seus participantes (estudantes secundaristas e universitários) possibilidade de participação cidadã no campo da política institucional, por meio do

conhecimento acerca do funcionamento do Poder Legislativo e de práticas do processo legislativo.

A metodologia para a formação política adotada no PJ Minas se assenta na perspectiva de que a educação política de jovens pode e deve ser trabalhada tanto no ambiente escolar quanto pelo Estado, por meio das suas mais diversas instituições. Essa metodologia pressupõe que as ações educativas empregadas conseguem transformar as concepções e as posturas dos jovens participantes acerca da política e das instituições. Ela nega uma concepção mais tradicional de formação política, que a considera resultado das ações de socialização da família e da escola nos primeiros anos de vida da criança, sendo de difícil alteração após o início da vida juvenil e adulta. Resultados sobre a eficiência do projeto já foram demonstrados por diferentes estudos acadêmicos, tais como os realizados por Fuks e Casalecchi (2011), Casalecchi (2011) e Medeiros (2012).

Desde o início de cada edição anual do PJ Minas, os jovens participam de diversos processos formativos, que abrangem diferentes temas e processos pedagógicos. Do ponto de vista dos conteúdos, são estudados e debatidos, entre outros temas, as políticas públicas, o sistema democrático, o papel do Poder Legislativo, a noção de cidadania, além do tema específico para cada edição do projeto. Do ponto de vista dos processos pedagógicos, são realizados cursos, oficinas, palestras, mesas-redondas, visitas técnicas, rodas de conversa, pesquisas orientadas e sessões de debate e deliberação nas casas legislativas, em todas as escalas de execução do projeto (municipal, regional e estadual). A diversidade dos temas e da forma de trabalhá-los visam, sobretudo, a dar poder aos jovens participantes, tornando-os mais críticos em face dos acontecimentos e autônomos em relação às condicionantes históricas e sociais locais.

Nos municípios, por exemplo, os jovens são estimulados desde o começo a se posicionarem como agentes políticos ativos: negociam suas posições, explicitam suas ideias (oratória) e medeiam conflitos, visando a encaminhamentos que contemplem os interesses coletivos, em detrimento de

interesses e posições individuais. Ainda na etapa municipal, o jovem é estimulado a conhecer melhor o Poder Legislativo Municipal (Câmara Municipal), percebendo a importância desse Poder como mediador das demandas coletivas. Portanto, o projeto presta inestimável serviço ao aproximar o jovem da política institucional, contrariando certo senso comum que, por meio da deslegitimação das instâncias políticas, deseja que o cidadão não confie nas instituições de representação política, o que fragiliza a democracia. Na etapa estadual, realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), quando há uma sessão legislativa ordinária no Parlamento, jovens representantes de todos os municípios ou regiões participantes se reúnem para debater, votar e encaminhar ao Poder Legislativo Estadual, via Comissão de Participação Popular (CPP), um conjunto de proposições sobre o tema definido para cada edição do projeto. O fato de o PJ Minas ser realizado com um formato semelhante ao dos seminários legislativos confere a ele um caráter inovador do ponto de vista da formação política, pois não se trata de uma simulação, mas de um processo de aprendizagem que apresenta desdobramentos políticos concretos, o que, por isso mesmo, implica maior responsabilidade dos participantes.

Os processos de educação para a cidadania do projeto contemplam a formação continuada ao longo do ano, com o envolvimento de uma ampla rede de instituições: coordenação geral do projeto (ALMG e PUC Minas), coordenações regionais (câmaras dos municípios-polos e seus parceiros) e coordenações municipais (câmaras e parceiros locais). Essa rede de formação é composta de servidores públicos, técnicos, monitores, professores universitários e de ensino médio, entre outros, que trabalham coletivamente não apenas para operacionalizar as atividades de formação para os jovens, mas também para indicar os materiais para essa formação (textos, apostilas, vídeos, etc.), pensar dinâmicas de trabalho (debates, dinâmicas de grupos, oficinas, etc.), promover ações de monitoramento e avaliação periódica e sistemática das atividades realizadas em cada etapa do projeto, assim como avaliar a apreensão, por partes dos estudantes, dos conteúdos trabalhados.

Assim, percebe-se com clareza que, ao longo do processo de formação, há um envolvimento sistemático dos jovens, que saem de uma condição de passividade para atitudes proativas – um sujeito ativo, engajado e consciente de sua responsabilidade como agente político do projeto.

> A informação levada aos jovens por meio do PJ é importante forma de reduzir a apatia política desse segmento da sociedade. No projeto, eles passam a conhecer a real dimensão de questões sociais relevantes e a ter uma visão crítica sobre a política, no lugar de uma visão mal-informada e preconceituosa. Por meio do processo vivenciado no projeto, os estudantes têm ainda a rica oportunidade de dialogar com a diversidade, ao compartilhar sua vivência, que é única, com dezenas de outros jovens participantes do Parlamento Jovem. Falar no Legislativo como espaço de construção de conhecimento e de compartilhamento do conhecimento construído significa reconhecer que nele se colocam em ação saberes diversos e temáticas múltiplas, articulados coletivamente por uma rede em que se conectam cidadãos que desempenham diversos papéis, em diferentes campos da atividade humana. Significa também reconhecer, nessa instituição marcada pelo pluralismo, uma função pedagógica, educativa, que se materializa na interação de grupos diversos, no diálogo e no enfrentamento cotidianos e no confronto de marcos teóricos e de práticas divergentes (CASTRO; DUARTE; KELLES, 2012, p. 28).

Há que se destacar que a ação de estudantes engajados politicamente transborda as ações planejadas e executadas no contexto do projeto, envolvendo outros atores nas escolas, em associações locais ou em outras instituições. Nesse sentido, os jovens participantes do projeto tornam-se agentes políticos nas suas comunidades.

> Outro fator relevante na preferência do aluno pelo PJ é o fato de as tarefas de oficinas não se limitarem à comunidade esco-

lar. Algumas são realizadas fora do âmbito das escolas, como entrosamento, teatro, redação, oratória, grupos de discussão de temas específicos, eventos formais de abertura e a plenária final. Nessas ocasiões intencionalmente é incentivado, por meio de técnicas, a interação entre os alunos, visando à ação coletiva. O fato de sair do ambiente escolar e interagir com alunos de diferentes instituições provoca interesse e atrai, sobretudo, a população jovem, que tem naturalmente a tendência à experimentação, a conhecer o novo e romper com os limites estabelecidos (MEDEIROS, 2012, p. 135).

Referências

ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe. A Reforma da representação. In: AVRITZER, Leonardo e ANASTASIA, Fátima (Orgs.). *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CASALECCHI, Gabriel Ávila. *Socialização política e mudanças de atitude*: a experiência do parlamento jovem mineiro 2008. Tese de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG, 2012.

CASTRO; R. S.; DUARTE, P. de S.; KELLES, E. F. A quem cabe a formação política dos cidadãos? In: MEDEIROS, Regina de Paula; MARQUES, Maria Elizabeth. *Educação política da juventude*: a experiência do Parlamento Jovem. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

FUKS, Mario; CASALHECCHI, Gabriel Ávila. *Confiança e informação política*: as bases cognitivas da mudança atitudinal dos participantes do Parlamento Jovem Mineiro. Trabalho apresentado no 35º Encontro Anual da Anpocs, 2011.

MEDEIROS, Regina. *Desafios para a formação política de jovens*. In: MEDEIROS, R. de P.; MARQUES, M. E. *Educação política da juventude*: a experiência do Parlamento Jovem. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

Parlamento Jovem municipal: expectativa de novos horizontes

Sérgio Dutra
Graduado em Ciências Sociais pela UFJF / Assistente técnico legislativo – Sociólogo na Câmara Municipal de Juiz de Fora – MG / Supervisor de Serviços de Formação para a Cidadania e Diagnóstico Social na CMJF / Coordenador, entre outros, dos programas Escola de Cidadania e Parlamento Jovem de Minas em Juiz de Fora.

O Parlamento Jovem de Minas, inicialmente uma parceria entre a ALMG e a PUC Minas, que, a partir de 2010, estendeu-se aos municípios do interior, incorporando as câmaras municipais, assume a forma inequívoca de um instrumento de educação para cidadania, muito além do horizonte de simples letramento político (COSSON, 2008) de jovens estudantes de ensino médio. Contribui para essa perspectiva a identificação da autonomia como forma privilegiada de ação desses atores sociais, aos quais nem sempre é permitido o desenvolvimento de suas potencialidades pelas instituições de ensino responsáveis pela sua formação.

Não obstante, o reconhecido esforço das escolas em desempenhar o papel que a sociedade lhes delega – ou delas espera –, o que comumente se tem visto é o convívio de duas culturas assíncronas no ambiente escolar. Traduzindo: uma cultura juvenil, que tem como principais traços a diversidade, o caráter dinâmico, o viver em bandos e uma linguagem própria, na qual a *performance* é a tônica (os *hippies*, décadas de 1960/70; os *punks*, décadas de 1970/80; e os *black blocs*, hoje, são alguns exemplos); e uma cultura escolar insensível à forma de ser dos jovens, que considera a juventude um grupo homogêneo, caracterizado pela vulnerabilidade e apatia. Essa postura da escola inviabiliza a noção

de sujeito e desconhece a dimensão de sua identidade e de sua diversidade social, despe o jovem da condição de ser jovem e o transforma em "aluno" (ABRAMOVAY; CASTRO, 2013).

O Parlamento Jovem (PJ), observados os fins propostos, pode ser um recurso auxiliar na superação desse hiato, ao estabelecer um canal de comunicação entre duas culturas que convivem em um mesmo espaço institucional – as escolas. Primeiro, ao defender a ação autônoma, livre e consciente dos sujeitos – os estudantes do ensino médio são chamados a opinar, em conformidade com os princípios da democracia, sobre temas de interesse social. Segundo, ao escolher estudantes universitários como orientadores (monitores) das atividades nas escolas – a proximidade da faixa etária entre estes e aqueles facilita a fluidez do diálogo, pois os dois grupos compartilham com mais frequência as mesmas referências culturais. Por fim, ao arejar a proposta pedagógica oficial e despertar as diferentes potencialidades dos estudantes de ensino médio, a partir do desvelamento das funções das instituições políticas e da dimensão da política na vida dos indivíduos.

Ao estadualizar suas ações e incorporar os legislativos municipais na organização e coordenação dos parlamentos jovens municipais, o PJ amplia o alcance de sua proposta, estendendo-a ao um maior número de estudantes em diferentes regiões do Estado[1]. Mas não é só isso, sua interiorização ultrapassa as fronteiras da perspectiva do letramento político de jovens estudantes, tornando-se também uma possibilidade de se reconsiderar o papel dos legislativos municipais.

Nesse ponto importa mencionar o processo de modernização irrompido a partir de meados dos anos 1980 na própria ALMG. As inovações institucionais buscaram novas formas de interlocução com a sociedade civil, mas para isso foi necessário definir um novo desenho para a

[1] Processo de estadualização contemplou municípios de oito mesorregiões mineiras: Zona da Mata, Campo das Vertentes, Sul/Sudoeste, Vale do Jequitinhonha, Triângulo/Alto Paranaíba, Norte, Oeste e Central – Região Metropolitana de BH.

organização legislativa. A criação de órgãos e gerências foi estratégica e relevante para o avanço do processo legislativo (ANASTASIA, 2001). Entre esses recursos, a criação da Escola do Legislativo, com suas ações voltadas para os públicos interno – servidores e parlamentares – e externo – incluindo as câmaras municipais –, se destaca, uma vez que as ações voltadas para os legislativos municipais permite, em boa medida, irradiar o processo de modernização pelo qual passou, não obstante a observação das características organizativas de cada uma dessas duas esferas institucionais.

Assim, a interiorização do PJ, independentemente de seus objetivos orientadores, abriu também a oportunidade para se estabelecer uma nova configuração para o papel das câmaras municipais, ou seja, induzem-se inovações na postura dessas instituições e descortina-se um caminho para modernizá-las, a partir da consequente possibilidade de ampliação de diálogo entre o Poder Legislativo e a sociedade civil, haja vista o desenvolvimento de diversas outras atividades que envolvem a participação de diferentes grupos sociais e que tomaram alguns municípios, principalmente, naqueles nos quais houve tentativa de organização de escolas do legislativo orientada pela ALMG via sua própria Escola do Legislativo.

Na observação dos parlamentos jovens desenvolvidos nos municípios, é possível verificar lógicas particulares em suas formas de execução, que são definidas pela conformação dos municípios e pelos recursos e estruturas disponíveis nas câmaras municipais. Para esclarecer, os aspectos demográficos e número de escolas de ensino médio do município, por um lado, e os responsáveis pela coordenação dos trabalhos no município – vereadores, servidores (efetivos ou comissionados) –, parcerias firmadas, espécie e papel das instituições parceiras, por outro, são alguns fatores que influenciam no formato apresentado por cada PJ municipal.

Nos municípios de pequeno porte e com reduzido número de escolas de ensino médio – ou com apenas uma escola – a tendência é o PJ se tornar um acontecimento. É noticiado e mobiliza parcela significativa da população local, com a realização de eventos públicos (passeatas e panfletagens)

organizados em torno do tema em debate[2]. Com ordenação social e geográfica mais complexa e com vida urbana mais frenética, nos municípios maiores as atividades têm alcance proporcionalmente menor, podendo se tornar também uma notícia, mas não um grande acontecimento.

A coordenação das atividades do PJ influencia sobremaneira seus resultados. Sem a pretensão de julgar o mérito daqueles à frente da condução dos trabalhos, a experiência observada em diversos municípios, não obstante o compromisso assumido pelas câmaras, sugere que os trabalhos conduzidos por vereadores, apesar de bem-sucedidos, correm o risco de descontinuidade. Como agentes políticos detentores de mandatos transitórios, eles são submetidos ao julgamento regular das urnas e falta-lhes garantia da renovação de seus mandatos. Não se confirmando a renovação, perde-se a referência e a tendência é a interrupção dos trabalhos do PJ. Nos municípios em que a coordenação do PJ é entregue a servidores ocupantes de cargos em comissão, que são de livre nomeação e exoneração, portanto precários, a insegurança quanto à continuidade dos trabalhos não é menor, pois estão expostos ao poder discricionário dos agentes políticos. O cenário mais favorável para a realização do PJ e para a perspectiva de sua continuidade, conforme breve análise dos quatros anos de experiência estadual, instala-se onde a coordenação é de responsabilidade de servidores ocupantes de cargos em provimento efetivo. Por ser estável, essa categoria de servidores reúne melhores condições, pois são menos sensíveis a possíveis pressões políticas.

As secretarias municipais de Educação e as instituições de ensino superior são as entidades preferenciais, quando se fala em estabelecimento de parcerias para a execução do PJ nos municípios. Apoio logístico (transporte, cessão de espaço físico, etc.), oferecido pelas primeiras, e assistência na capacitação e no acompanhamento das atividades nas escolas, acordados com as últimas, buscam suprir os limites de recursos das casas legislativas. As parcerias com instituições de ensino superior, naqueles municípios que as possuem, visam,

[2] São exemplos: passeata na cidade de Capelinha e panfletagem na cidade de Caratinga, eventos realizados em 2011, edição cujo tema foi “Drogas, como prevenir?”.

principalmente, a disponibilizar monitores para auxiliarem na capacitação e orientação dos estudantes de ensino médio nas discussões e elaboração das propostas a serem apresentadas tanto na etapa municipal quanto na estadual do PJ. Os monitores são acadêmicos de diferentes cursos na área das ciências humanas, destacando-se os do curso de Ciências Sociais, em que a afinidade com a proposta do PJ é mais manifesta. Tanto assim, que estudantes desses cursos da PUC Minas e da UFJF, instituições instaladas em Belo Horizonte e Juiz de Fora, respectivamente, após atuarem como monitores, tomaram o PJ como objeto de pesquisa e estudo para suas monografias de graduação e também em artigos editados em publicações científicas.

A análise empírica das diversas experiências municipais do PJ permite inferir que não há um modelo único de execução, porque cada município constrói seu modelo a partir dos recursos à sua disposição. Entretanto, merecem registro os trabalhos desenvolvidos em Belo Horizonte, Juiz de Fora e Viçosa, pois essas cidades utilizam recursos muito semelhantes: as câmaras firmaram parcerias com instituições de ensino superior, respectivamente, PUC Minas, UFJF e UFV, e estudantes de Ciências Sociais atuam como monitores. Na verdade, todos as experiências têm em comum apenas o esforço para alcançar os objetivos propostos pela coordenação estadual – responsabilidade da Escola do Legislativo da ALMG. Dessa forma, observa-se que não há um modelo ideal a ser seguido, mas sim iniciativas ou experimentos a serem intercambiados para que todos possam se aprimorar. As parcerias com as escolas de ensino médio também merecem atenção, pois a adesão e o nível de comprometimento dessas instituições são outros fatores determinantes para o resultado positivo do PJ, sobretudo naqueles municípios nos quais não é possível reunir todos os recursos referidos anteriormente. Contudo, não se pode esquecer que as escolas públicas estaduais vivem, hoje, momento delicado. Os recursos a elas destinados não são apropriados e tampouco suficientes para desempenharem suas funções, situação agravada pela falta de reconhecimento e de valorização devida aos profissionais de educação. Essa conjuntura compromete a qualidade do ensino e desestimula a participação das escolas em programas como o PJ. Muitas vezes, a participação ocorre por vontade e determinação de alguns profis-

sionais, que, apesar das adversidades enfrentadas no cotidiano escolar, não perderam o ímpeto de educadores dedicados e responsáveis, que vislumbram em ações como o PJ mais uma possibilidade para melhorar a formação cidadã de seus alunos.

Em suma, o Parlamento Jovem de Minas apresenta desafios às instituições e aos personagens envolvidos – Poder Legislativo, escolas de ensino médio, professores e estudantes – e lhes propicia uma mudança de postura em direção à construção da cidadania política. Aos legislativos municipais são apresentadas distintas oportunidades para sua modernização, inclusive a criação de dispositivos capazes de promover novas formas de interlocução com a sociedade civil, em tentativa de superação dos limites da democracia representativa quando procura incorporar elementos da democracia participativa. Às escolas e aos professores é disponibilizado instrumento de auxílio em sua função pedagógica tanto por sua escassez de recursos – problema enfrentado pelas escolas públicas e fruto do descaso do poder público – quanto pela dificuldade em acompanhar a evolução da cultura juvenil em constante efervescência. E aos estudantes, jovens que desejam tomar o mundo na velocidade de um clique em algum aplicativo disponível em um computador ou celular ligado à internet, o mundo da política é descortinado, os princípios da democracia são exercitados na tentativa de apreender a cidadania ativa a partir do debate de algum tema de relevante interesse social.

A definição do ambiente mais propício para o desenvolvimento do PJ é a primeira questão a ser respondida. Assim, para o bem dos prognósticos ora apresentados e para não se perderem as perspectivas vislumbradas pela iniciativa, é necessário, no ambiente de sua realização, o estabelecimento de algumas circunstâncias: a) comprometimento das entidades parceiras em perseguir os fins propostos; b) disponibilidade de recursos operacionais e logísticos apropriados (material para capacitação, local para encontros e eventos, transporte e alimentação para os estudantes participantes); e c) institucionalização do programa. Sem negar a importância das demais, a institucionalidade é a variável independente que contamina todo o processo. Apresentada como uma proposta institucional e não de determinado agente político, reveste-se de maior credibilidade

para o público externo, dirimindo as dúvidas quanto às reais pretensões da iniciativa. Mais uma vez ressalta-se que a defesa da institucionalização não se firma no julgamento da capacidade de determinado operador, mas na defesa da credibilidade da proposta. As parcerias firmadas também devem se revestir de caráter institucional para que o papel das escolas parceiras seja mais comprometido com os objetivos pretendidos.

Outra questão inquietante são as possibilidades de desdobramento da iniciativa para os legislativos municipais, considerando a oportunidade de modernização e de criação de outros mecanismos de interlocução com a sociedade civil, a partir do intercâmbio de experiências entre municípios e sobremaneira com a ALMG, haja vista o movimento ocorrido em meados da década de 1980 no Legislativo Estadual. A tentativa da ALMG em formar uma rede de escolas do Legislativo com as câmaras municipais é a tradução desse processo. Novamente, a institucionalização de mais essa iniciativa aumenta as probabilidades de os avanços tornarem-se duradouros.

As expectativas geradas com a proposta do PJ nas quatro últimas edições, ou seja, a partir de sua interiorização, quando contemplou oito mesorregiões e pouco menos de duas dezenas de municípios, sugerem que o programa merece ver seu alcance estendido a novas mesorregiões e a maior número de municípios. Regionalizar suas ações é um formato a ser considerado, desde que se respeitem as dinâmicas já construídas nas experiências locais. Entretanto, esse é um debate a ser realizado em outra oportunidade.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Violências nas Escolas*: Culturas silenciadas. In: Carta Capital, 11/3/2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencias-nas-escolas-culturas-silenciadas/>.

ANASTASIA, Fátima. T*ransformando o Legislativo*: a experiência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. In: SANTOS, Fabiano (Org). O *Poder Legislativo nos Estados*: Diversidade e Convergência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

COSSON, Rildo. *Escolas do Legislativo, escolas de democracia*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

Demonstrativo de atividades de 2013

RESULTADO CONSOLIDADO DAS ATIVIDADES DE 2013

Programas	Atividades (1)	Carga horária	Participantes
Direcionamento Estratégico da ALMG 2010-2020	11	88 horas	175
Capacitação Interna	95	1.043 horas	2.732
Cooperação Interinstitucional	56	362h30	1.862
Educação para Cidadania	126	1.575 horas	5.091
Pesquisa e Reflexão	33	412 horas	634
TOTAL	**321**	**3.480h30**	**10.494**

(1) Total de atividades oferecidas, considerando o somatório de turmas, disciplinas e atividades

1. Direcionamento estratégico da ALMG 2010-2020

1. DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO DA ALMG 2010-2020

Atividades vinculadas aos projetos estratégicos da carteira de 2013-2015

RESULTADO CONSOLIDADO

Atividades (1)	Carga horária	Participantes
11	88 horas	175

(1) Total de atividades oferecidas, considerando-se o somatório de turmas, disciplinas ou atividades

1.1 – Projeto Estratégico – Carteira de Projetos Estratégicos 2013-2015

Atividades	Período/ Data	Público	Carga horária	Participantes
Curso – Mapeamento de Processos (2 turmas)	25/2 a 1º/3/13	Agentes de processos indicados pelas gerências da ALMG	20 horas	30
Curso – Análise e Melhoria de Processos	21 a 22/3/13	Equipe da GPN	12 horas	5
Palestra – Análise e Melhoria de Processos	21/3/13	Equipe da GPN	4 horas	23
Curso – Mapeamento de Processos (2 turmas)	8 a 9/8/13	Agentes de processos indicados pelas gerências da ALMG	20 horas	26
Palestra – Análise e Melhoria de Processos – Alexandre Aquino Ferreira	30/8/13	Agentes de processos indicados pelas gerências da ALMG	4 horas	20
Curso – Capacitação dos Gestores de Projetos Estratégicos da ALMG: Módulo I – Gestão de Projetos	25/2/13	Gestores dos projetos estratégicos da ALMG	7 horas	16
Curso – Capacitação dos Gestores de Projetos Estratégicos da ALMG: Módulo II – Gestão de Projetos	18/3/13	Gestores dos projetos estratégicos da ALMG	4 horas	12
Curso – Capacitação dos Gestores de Projetos Estratégicos da ALMG: Módulo III – Gestão de Projetos	22/3/13	Gestores dos projetos estratégicos da ALMG	1 hora	14
Curso – Gestão por Competências e Educação	26 a 29/11/13	Servidores da GCP e da Escola do Legislativo	16 horas	29
TOTAL			**88 horas**	**175**

2. Capacitação interna

2. CAPACITAÇÃO INTERNA

RESULTADO CONSOLIDADO

Atividades (1)	Carga horária	Participantes
95	1.043 horas	2.732

(1) Total de atividades oferecidas, considerando-se o somatório de turmas, disciplinas ou atividades

2.1 – Formação introdutória à carreira do servidor da Assembleia Legislativa (Cfal) e palestras informativas

Atividades	Período/ Data	Público	Carga horária	Participantes aprovados
Palestra – Sistema Informatizado de Apuração de Frequência	3/1/13	Servidores aprovados no concurso da ALMG, empossados em novembro e dezembro de 2012	3 horas	39
Disciplina – Estrutura e Funcionamento da ALMG – Semipresencial	30/1 a 22/2/13		30 horas	56
Palestra – Deveres, Direitos e Carreira do Servidor da ALMG	8/2/13	Servidores aprovados no concurso da ALMG, empossados entre dezembro de 2012 e fevereiro de 2013	3 horas	32
Palestra – Sistema Informatizado de Apuração de Frequência	14/2/13	Servidores aprovados no concurso da ALMG, empossados em dezembro de 2012 e janeiro de 2013	3 horas	17
Palestra – Informática na Assembleia: Estrutura e Ferramentas de Informática	15/2/13	Servidores aprovados no concurso da ALMG, empossados em dezembro de 2012 e janeiro de 2013	3 horas	29
Disciplina – Poder Legislativo – Aspectos Históricos, Sociopolíticos e Jurídicos	18/2 a 22/2/13	Servidores aprovados no concurso da ALMG, empossados de setembro a dezembro de 2012 e em janeiro de 2013	30 horas	27
Disciplina – Poder Legislativo – Aspectos Históricos, Sociopolíticos e Jurídicos	4/3 a 8/3/13	Servidores aprovados no concurso da ALMG, empossados de setembro a dezembro de 2012 e em janeiro de 2013	30 horas	23

continua...

...continuação

Atividades	Período/Data	Público	Carga horária	Participantes aprovados
Disciplina – Poder Legislativo – Aspectos Históricos, Sociopolíticos e Jurídicos	18/3 a 22/3/13	Servidores aprovados no concurso da ALMG, empossados de setembro a dezembro 2012 e em janeiro de 2013	30 horas	26
Palestra – Sistema Informatizado de Apuração de Frequência	4/4/13	Servidores aprovados no concurso da ALMG, empossados em dezembro de 2012 e janeiro de 2013	3 horas	3
Disciplina – Processo Legislativo – Semipresencial	8/4 a 6/5/13	Servidores aprovados no concurso da ALMG, empossados em dezembro de 2012 e janeiro de 2013	30 horas	36
Disciplina – Processo Legislativo – Semipresencial	8/4 a 6/5/13	Servidores aprovados no concurso da ALMG, empossados em dezembro de 2012 e janeiro de 2013	30 horas	37
Disciplina – Servidor Público, Administração Pública e Sociedade	13/5 a 22/5/13	Servidores aprovados no concurso da ALMG, empossados em dezembro de 2012 e janeiro de 2013	30 horas	35
Disciplina – Servidor Público, Administração Pública e Sociedade	3/6 a 12/6/13	Servidores aprovados no concurso da ALMG, empossados em dezembro de 2012 e janeiro de 2013	30 horas	37
Disciplina – Estrutura e Funcionamento da ALMG – Semipresencial	19/6 a 14/7/13	Servidores aprovados no concurso da ALMG, empossados entre novembro de 2012 e janeiro de 2013	30 horas	9
Disciplina – Poder Legislativo – Aspectos Históricos, Sociopolíticos e Jurídicos	8/7 a 11/7/13	Servidores aprovados no concurso da ALMG, empossados de setembro a dezembro de 2012 e em janeiro de 2013	30 horas	3
Palestra – Deveres, Direitos e Carreira do Servidor da ALMG	16/7/13	Servidores aprovados no concurso da ALMG, empossados entre dezembro de 2012 e fevereiro de 2013	3 horas	2
Disciplina – Processo Legislativo – EaD	20/8 a 10/9/13	Servidora aprovada no concurso da ALMG, empossada em 2013	30 horas	1
Disciplina – Servidor Público, Administração Pública e Sociedade	20/9 a 4/10/13	Servidora aprovada no concurso da ALMG, empossada em 2013	30 horas	1
TOTAL			**378 horas**	**413**

2.2 – Demanda setorial

Atividades	Período/Data	Público	Carga horária	Participantes aprovados
Curso – Capacitação de Conciliadores – 2 turmas	28/1 a 30/1/13	Estagiários do Procon Assembleia	24 horas	27
Curso – Direito do Consumidor e Funcionamento do Procon Assembleia – 2 turmas	31/1 a 1º/2/13	Estagiários do Procon Assembleia	16 horas	30
Curso – Padronização em Notícias para o Portal da Assembleia – 2 turmas	4/2/13	Servidores da Gerência-Geral de Informação e Divulgação da ALMG	6 horas	17
Curso – Padronização em Notícias para o Portal da Assembleia – 2 turmas	8/2/13	Servidores da Gerência-Geral de Informação e Divulgação da ALMG	6 horas	15
Curso – Atendimento Nota 10 – EaD	18/2 a 10/3/13	Servidores da ALMG	6 horas	67
Curso – Atendimento Nota 10 – Núcleo Vida – EaD – 4 turmas	18/2 a 10/3/13	Adolescentes trabalhadores da ALMG	24 horas	17
Curso – Correspondência Oficial	15/3 a 22/3/13	Servidores da área administrativa da ALMG	6 horas	27
Curso – Técnicas de Abordagem e Contenção – 2 turmas	18/3 a 8/7/13	Servidores policiais da Gerência-Geral de Polícia Legislativa – Gpol	60 horas	27
Curso – Elaboração de Textos Legislativos	18/3 a 5/4/13	Funcionários dos gabinetes parlamentares da ALMG	16 horas	10
Curso – Ilustração Vetorial – *Adobe Ilustrator* – 2 turmas	1º/4 a 16/4/13	Servidores da GPCV, da GSI, da GSL e da ELE da ALMG	60 horas	21
Curso – Plano de Classificação para Arquivos	8/4 a 11/4/13	Servidores da Gerência--Geral de Documentação e Informação da ALMG	16 horas	21
Palestra – Estrutura Organizacional e Ações Operacionais da Polícia Legislativa do Senado Federal	11/4 a 11/4/13	Servidores policiais da Gerência-Geral de Polícia Legislativa – Gpol	3 horas	100
Curso – Prevenção e Combate à Incêndio – Teoria – 2 turmas	12/4/13	Servidores policiais da Gerência-Geral de Polícia Legislativa – Gpol	8 horas	43
Curso – Prevenção e Combate a Incêndio – Prática	13/4/13	Servidores policiais da Gerência-Geral de Polícia Legislativa – Gpol	5 horas	42
Curso – Gestão de Documentos Contratuais – Deliberação 2514	15/4 a 22/4/13	Servidores da Gerência de Suporte Logístico	11 horas	20
Curso – Ações Estratégicas para Acompanhamento dos Eventos pela Gpol – 2 turmas	22/4 a 26/4/13	Servidores policiais da Gerência-Geral de Polícia Legislativa – Gpol	30 horas	106

continua...

...continuação

Atividades	Período/Data	Público	Carga horária	Participantes aprovados
Curso – Introdução à Linguagem HTML	6 a 13/5/13	Servidores da ELE, da GPC e da GSI	14 horas	124
Curso – Direito e Proteção da Criança e do Adolescente	13/5 a 17/5/13	Servidores de gabinetes parlamentares da ALMG	9 horas	22
Curso – Ações Estratégicas da PMMG na Organização e Acompanhamento dos Eventos e Manifestações	14/5/13	Servidores policiais da Gerência-Geral de Polícia Legislativa – Gpol	3 horas	97
Treinamento – Apresentação de Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2 turmas	4/6/13	Servidores de gabinetes parlamentares que operam o Sistema SLD de cadastro de emendas	3 horas	65
Curso – Fotografia como Documento Arquivístico	21/6/13	Servidores da GDI, GID, GTV e GTI da ALMG	1 hora	25
Curso – Crase: Entendendo e Praticando – EaD/Turma-piloto	24/6 a 10/7/13	Servidores da ELE e servidores participantes do Núcleo de Estudos Linguísticos	8 horas	6
Curso – A Nova Edição do Manual de Redaçao Parlamentar – 2 turmas	28/6/13	Redatores/Revisores da GTP, GCT, PGA, DGA, SGM, DPC, ELE, DTV e servidores envolvidos com a produção de textos	4 horas	98
Curso – A Nova Edição do Manual de Redação Parlamentar – 2 turmas	1º/7/13	Servidores da ALMG e funcionários de gabinetes parlamentares	4 horas	104
Curso – Capacitação de Conciliadores – 2 turmas	8/7 a 10/7/13	Estagiários do Procon Assembleia e servidores de Procons municipais	24 horas	17
Curso – Noções Básicas de Direito do Consumidor e Funcionamento do Procon – 2 turmas	11 e 12/7/13	Estagiários do Procon Assembleia e servidores de Procons municipais	16 horas	22
Curso – Dinâmica do Processo Legislativo	2/8 a 26/8/13	Servidores da ALMG indicados pela TV e pela Imprensa/ Jornalismo	14 horas	30
Treinamento – Cenário Fiscal do Estado de Minas Gerais – Retrospectiva 2004 a 2012	8/8 a 8/8/13	Servidores da GCT	1 hora	55
Curso – Oficina de Redação	19/8 a 11/10/13	Redatores, revisores e servidores da ALMG	32 horas	16
Curso – Processo Legislativo – EaD	20/8 a 10/9/13	Servidores da ALMG	11 horas	48
Curso – Dinâmica do Processo Legislativo	30/8 a 20/9/13	Servidores da ALMG indicados pela TV e pela Imprensa/ Jornalismo	14 horas	28
Treinamento – Sistema Fale com a ALMG	30/8/13	Servidores da ALMG indicados pela GID	3 horas	8

...continuação

Atividades	Período/Data	Público	Carga horária	Participantes aprovados
Curso – Técnicas de abordagem e Contenção – 2 turmas	2/9 a 16/12/13	Servidores da Gpol	64 horas	18
Treinamento – Quadro de Força e Comando das Bombas do Palácio da Inconfidência – 2 turmas	13/9/13	Inspetores da Gpol, profissionais da GMO, engenheiros civis e mecânicos da GMO, técnicos em eletrotécnica e mecânica da GMO	4 horas	42
EaD – Emprego de Pronomes	16/9 a 20/10/13	Servidores convidados da ALMG e de escolas parceiras na Reap/MG	20 horas	41
Curso – Sistemas Elétricos de Potência da ALMG – 2 turmas	27/9/13	Servidores da Gpol, eletricistas e técnicos em eletrotécnica mecânica da GMO	8 horas	37
Curso – Avaliação e Medidas Educacionais	4 a 25/10/13	Consultores da GCT e técnicos de demais órgãos públicos convidados	16 horas	16
Treinamento – Sistemas SPP/SOR – PPAG 2012/2015 – Revisão 2014 – 2 turmas	14/10/13	Consultores da GCT	6 horas	21
Treinamento – Sistemas SPP/SOR – PPAG 2012/2015 – 2 turmas	24/10/13	Assessores de gabinetes parlamentares	6 horas	25
Palestra – Grupo de bombas e explosivos da Polícia Federal: prevenção e trabalhos executivos Expositor: Eduardo Kraemer Góes	24/10/13	Servidores da Gpol	3 horas	83
Curso – Recursos Linguísticos de Coesão Textual: conectivos e processos morfossintáticos	5 a 21/11/13	Servidores da ALMG das áreas administrativas e de gabinetes parlamentares	9 horas	19
Curso – Indexação, política de indexação e linguagens de indexação	9 a 11/12/13	Servidores da GDI	18 horas	32
Treinamento – Noções de Armamento e Munições – 8 turmas	16/12/13	Servidores da Gpol	32 horas	36
TOTAL			**644 horas**	**1.725**

2.3 – Programa de atualização em Poder Legislativo e administração pública

Atividades	Período/ Data	Público	Carga horária	Participantes aprovados
Democracia Deliberativa e Desigualdades: desafios institucionais, políticos e comunicacionais – Ângela Cristina Salgueiro Marques	25/3/13	Servidores da ALMG	3 horas	114
Lei de Acesso à informação e Participação Democrática – Daniela Santiago Mendes Menezes e Roberto Sorbilli Filho	29/4/13		3 horas	92
Novos Paradigmas da Administração Pública Moderna – Antônio José Calhau de Resende	27/5/13		3 horas	92
O Papel do Poder Legislativo na Definição e Acompanhamento das Políticas Públicas – Patrus Ananias de Souza	24/6/13		3 horas	83
Movimentos Populares e a Crise da Representação – Bruno Pinheiro Wanderley Reis	26/8/13		3 horas	90
Aposentadoria Especial no Serviço Público – Maria Helena Carreira Alvim Ribeiro	30/9/13		3 horas	78
A Ética e a Cidade – Luiz Carlos Moreira de Carvalho	21/10/13		3 horas	45
TOTAL			**21 horas**	**594**

3. Cooperação interinstitucional

3. COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

RESULTADO CONSOLIDADO

Atividades (1)	Carga horária	Participantes
56	362 horas e 30 min.	1.862

(1) Total de atividades oferecidas, considerando-se o somatório de turmas, disciplinas ou atividades

3.1 - Programa de Apoio aos municípios – Encontros com a política (em parceria com o Centro de Apoio às Câmaras – CEAC)

Município	Período/Data	Público	Carga horária	Participantes (1)
Aricanduva	19/2/13	Vereadores, assessores, lideranças comunitárias e sociedade civil	6 horas	40
Itaúna	14/3/13		7h30	40
Montes Claros	27/3/13		9h30	60
Manhuaçu	4/4/13		9h30	50
Poços de Caldas	17/4/13		9 horas	40
Sete Lagoas	25/4/13		3h30	20
Capelinha	9/5/13		7h30	60
Betim	29/5/13		6h30	60
São João Del Rei	20/6/13		9 horas	60
Sete Lagoas	29/8/13		3h30	20
Pouso Alegre	19/9/13		8 horas	50
Montes Claros	15/10/13		6 horas	100
Três Corações	29/11/13		4h30	20
Paraguaçu	18/12/13		3h30	30
TOTAL			**93h30**	**650**

(1) Público estimado

3.2 – Programa de formação de multiplicadores

Atividades	Período/ Data	Público	Carga horária	Participantes
Oficina de multiplicadores: Elaboração da Lei Geral da MPE Municipal	18 a 19/3/13	Servidores da Escola do Legislativo e do Tribunal de Contas de Minas Gerais que atuaram como multiplicadores nas oficinas regionais de regulamentação da Lei Geral da MPE no âmbito dos municípios	9 horas	10
TOTAL			**9 horas**	**10**

3.3 – Cursos

Atividades	Período/ Data	Público	Carga horária	Participantes
Curso – Atendimento Nota 10 – Programa Atende Bem da ALMG (*)	24/5/13	Vereadores e servidores da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete	6 horas	48
Curso – Atendimento Nota 10 – Programa Atende Bem da ALMG (*)	7/8/13	Vereadores e servidores da Câmara Municipal de Betim	6 horas	70
Curso – Atendimento Nota 10 – Programa Atende Bem da ALMG (*)	7/10/13	Vereadores e servidores da Câmara Municipal de Divinópolis	6 horas	40
Curso – Gestão de Documentos	9 e 10/10/13	Servidores da Câmara Municipal de Juiz de Fora	12 horas	40
TOTAL			**30 horas**	**198**

*Em parceria com a Gerência de Relações Institucionais da ALMG, responsável pela coordenação do Programa Atende Bem

3.4 – Cooperação interinstitucional

Atividades	Período/Data	Público
Palestra dos servidores da ALMG Antônio José Calhau e Suzanne Bouchardet no Congresso Mineiro dos Municípios – BH	5 e 6/3/13	Vereadores mineiros recém-empossados
Palestra dos servidores da ALMG Antônio José Calhau e Patrus Ananias de Souza no evento Programa de Capacitação de Vereadores do Alto Rio Pardo – Câmara Municipal de Taiobeiras	21/3/13	Vereadores e servidores das câmaras municipais do Alto Rio Pardo
Palestra do professor Patrus Ananias de Souza no XIX Congresso de Vereadores da Área Mineira da Sudene – Avams – Montes Claros	26/4/13	Vereadores da região mineira da Sudene

continua...

...continuação

Atividades	Período/Data	Público
Curso – Dinâmica do Processo Legislativo – Guilherme Wagner Ribeiro – Itabira	6/5/13	Vereadores e servidores da Câmara Municipal de Itabira
Palestra da servidora da ALMG Luciana Lopes Nominato Braga no Encontro Técnico TCEMG e os Municípios – BH	6/6/13	Técnicos e servidores públicos municipais
Palestra – *Instrumentos de planejamento com ênfase na elaboração da Lei Orçamentária Anual e PPA*, no Encontro Técnico TCEMG e os municípios. Expositores: Raphael Olivé e Luciana Lopes N. Braga	5 e 6, 13 e 14, 17 e 18/6/13; 5 e 6, 8 e 9/8/13; 5 e 6, 9 e 10, 16 e 17/9/13	Prefeitos, secretários municipais, servidores que atuam na área de licitações e contratos, contadores, controladores internos, procuradores, chefes de gabinete dos Municípios de Belo Horizonte, Pouso Alegre, Pirapora, Juiz de Fora, Teófilo Otoni, Uberaba, Ipatinga e Unaí
Palestra dos servidores da ALMG Antônio José Calhau e Patrus Ananias de Souza no evento realizado pela Assembleia Legislativa de Roraima – Município de Bonfim – RO	7 e 8/6/13	Vereadores da região de Bonfim/Roraima
Palestra – *Estado, Políticas Públicas e Participação Política – BH,* do professor Patrus Ananias de Souza	11/6/13	Alunos do Curso Trabalho e Desenvolvimento da Escola Dieese de Ciências do Trabalho
Curso – *Orçamento e Política* na Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Uberlândia – Professor José Raphael Olivé – Uberlândia	25/6/13	Vereadores e servidores da Câmara Municipal de Uberlândia
Palestra – *As Políticas Públicas e os Novos Direitos Sociais no Seminário de Desenvolvimento e Políticas Públicas* – UFV – Professor Patrus Ananias de Souza – Viçosa	21/8/13	Estudantes, vereadores e lideranças comunitárias da região
Comemoração do 165º aniversário de emancipação política do Município de Itajubá – Palestras dos professores Antônio José Calhau, Patrus Ananias de Souza e Ludovikus Moreira	24 e 25/9/13	Vereadores, lideranças comunitárias e sociedade

3.5 – Programa de capacitação em Poder Legislativo municipal – Agenda 2012/2013 (em parceria com o Centro de Apoio às Câmaras – CEAC)

Atividades	Período/ Data	Público	Carga horária	Participantes aprovados
Curso – Orçamento Público Municipal – EaD	18/2 a 24/3/13	Vereadores e servidores das câmaras municipais do Estado de Minas Gerais	30 horas	42
Curso – Poder e Processos Legislativos Municipais – EaD	18/2 a 24/3/13		25 horas	87
Curso – Cerimonial Público – EaD	18/2 a 24/3/13		10 horas	40
Curso – Atendimento Nota 10	11/3/13		6 horas	34
Curso – Atendimento Nota 10 – EaD	12/3 a 5/4/13		8 horas	30
Curso – Dinâmica do Processo Legislativo	2/4/13		6 horas	25
Curso – Elaboração Legislativa	3/4/13		6 horas	27
Curso – Planejamento e Orçamento Público	4/4/13		6 horas	23
Curso – Dinâmica do Processo Legislativo	9/4/13		6 horas	41
Curso – Elaboração Legislativa	10/4/13		6 horas	41
Curso – Planejamento e Orçamento Público	11/4/13		6 horas	37
Curso – Dinâmica do Processo Legislativo	16/4/13		6 horas	43
Curso – Elaboração Legislativa	17/4/13		6 horas	43

continua...

...continuação

Atividades	Período/Data	Público	Carga horária	Participantes aprovados
Curso – Planejamento e Orçamento Público	18/4/13	Vereadores e servidores das câmaras municipais do Estado de Minas Gerais	6 horas	39
Curso – Comunicação Pública	7/5/13		6 horas	26
Curso – Controle Interno	7/5/13		6 horas	21
Curso – Lei de Responsabilidade Fiscal	8/5/13		6 horas	31
Curso – Políticas Públicas Municipais	9/5/13		6 horas	28
Curso – Comunicação Pública	14/5/13		6 horas	38
Curso – Controle Interno	14/5/13		6 horas	23
Curso – Lei de Responsabilidade Fiscal	15/5/13		6 horas	41
Curso – Políticas Públicas Municipais	16/5/13		6 horas	43
Curso – Comunicação Pública	21/5/13		6 horas	40
Curso – Controle Interno	21/5/13		6 horas	33
Curso – Lei de Responsabilidade Fiscal	22/5/13		6 horas	44
Curso – Políticas Públicas Municipais	23/5/13		6 horas	44
Curso – Poder e Processo Legislativos Municipais – EaD	16/10 a 23/11/13		25 horas	40
TOTAL			**236 horas**	**1.004**

4. Educação para cidadania

4. EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA

RESULTADO CONSOLIDADO

Atividades (1)	Carga horária	Participantes
126	1.575	5.091

(1) Total de atividades oferecidas, considerando-se o somatório de turmas, disciplinas ou atividades

4.1 – Parlamento Jovem

4.1.1 – Parlamento Jovem de Minas – 2013 – Parceria com o Instituto de Ciências Sociais/PUC Minas e câmaras municipais mineiras

Atividade	Data	Público	Carga horária	Participantes
Curso EaD – TV Escola: Orçamento Público e Cidadania	18/3 a 19/4/13	Monitores PJ Minas 2013	5 horas	21
Curso EaD – TV Escola: Como as leis são feitas	18/3 a 19/4/13		5 horas	21
Curso EaD – Curso de Redação	15/4 a 3/5/13		12 horas	16
Plenária Estadual da Edição de 2013	22 e 23/8/13	Estudantes do ensino médio representantes dos municípios participantes	9 horas	130
TOTAL			**31 horas**	**188**

4.1.2 – Parlamento Jovem de Minas – 2014 – Parceria com o Instituto de Ciências Sociais/PUC Minas e câmaras municipais mineiras

Atividade	Data	Público	Carga horária	Participantes
Encontro preparatório do Parlamento Jovem de Minas 2014	3 e 5/12/13	Coordenadores municipais do Parlamento Jovem de Minas – Edição 2014	21 horas	58
TOTAL			**21 horas**	**58**

4.1.3 – Gestão do Parlamento Jovem de Minas 2013

Etapas	Gestão/Realização	Atividades	Período
Planejamento da etapa municipal	Escola do Legislativo/ ALMG e Instituto de Ciências Sociais/ PUC Minas, com a participação das demais gerências operacionais da ALMG, especialmente a Gerência-Geral de Consultoria Temática, a Gerência de Projetos Institucionais e a Gerência de Comunicação e Mídias Digitais	Encontros presenciais com as câmaras municipais, reuniões de trabalho	18/2 a 15/3/13
Acompanhamento e realização das atividades de capacitação da etapa municipal		Elaboração e acompanhamento dos cursos a distância	4/3 a 29/3/13
Acompanhamento das ações da etapa municipal		Visitas técnicas e acompanhamento do projeto	18/3 a 12/7/13
Gestão e alimentação do perfil do projeto nas redes sociais		Produção de conteúdos e monitoramento das redes sociais	18/2 a 28/6/13
Planejamento da etapa estadual		Reuniões de trabalho	1º/4 a 12/7/13
Implantação das ações da etapa estadual		Realização das reuniões da etapa estadual	5 a 23/8/13

4.1.4 – Visitas técnicas

Município	Período/Data	Carga horária	Equipe ELE/ALMG e PUC MInas	Público
Iturama	8/4/13	4 horas	Ludovikus Moreira e Leandro Rangel	As visitas tiveram a participação de um público médio de cerca de 40 pessoas, entre monitores e estudantes das escolas de ensino médio dos 18 municípios
Poços de Caldas	18/4/13	4 horas	Ludovikus Moreira e Alexandre Teixeira	
Ouro Preto	22/4/13	4 horas	Marta Parker, Fernanda Freitas, Veruska Gontijo e Alexandre Teixeira	
Carandaí	24/4/13	4 horas	Marta Parker, Fernanda Freitas, Veruska Gontijo e Robson Souza	
Nova Serrana	26/4/13	4 horas	Veruska Gontijo, Estevão Trópia e Alexandre Teixeira	
Caratinga	29/4/13	4 horas	Ludovikus Moreira e Alexandre Teixeira	
Capelinha	8/5/13	4 horas	Leandra Martins, Ludovikus Moreira e Alexandre Teixeira	
Pouso Alegre	9/5/13	4 horas	Fernanda Freitas, Rejane Oliveira e Robson Souza	
Belo Horizonte	14/5/13	4 horas	Marta Parker, equipe da GPI e Alexandre Teixeira	
Juiz de Fora	15/5/13	4 horas	Ludovikus Moreira e Leandro Rangel	
Matias Barbosa	15/5/13	4 horas	Ludovikus Moreira e Leandro Rangel	
Santos Dumont	15/5/13	4 horas	Ludovikus Moreira e Leandro Rangel	
Leopoldina	16/5/13	4 horas	Ludovikus Moreira e Leandro Rangel	
Espera Feliz	16/5/13	4 horas	Leandra Martins e Alexandre Teixeira	
Viçosa	17/5/13	4 horas	Ludovikus Moreira	
Uberaba	20/5/13	4 horas	Fernanda Freitas e Leandro Rangel	
Montes Claros	22/5/13	4 horas	Mariana Paolucci (consultora da ALMG) e Robson Souza	
Visconde do Rio Branco	24/5/13	4 horas	Marcele Diniz (GPI)	
TOTAL		**72 horas**	**–**	**720**

4.1.5 – Parlamento Jovem Municipal – Parceria com as câmaras municipais

4.1.5.1 – Etapa municipal – Apoio e acompanhamento dos parlamentos jovens municipais em 18 municípios mineiros

Municípios	Entidades parceiras	Monitores	Escolas do ensino médio Participantes		Alunos inscritos	
			Escolas Públicas	Escolas Privadas	Escolas Públicas	Escolas Privadas
Belo Horizonte	2	9	2	2	20	20
Caratinga	-	2	4	2	19	5
Carandaí	7	7	3	-	40	-
Capelinha	4	13	5	1	30	3
Espera Feliz	1	8	2	1	38	2
Iturama	-	11	3	2	60	40
Juiz de Fora	1	6	3	2	90	62
Leopoldina	1	3	3	2	39	27
Matias Barbosa	-	3	1	-	22	-
Montes Claros	2	3	4	-	25	-
Nova Serrana	2	3	4	2	40	10
Ouro Preto	1	13	5		40	
Poços de Caldas	-	7	2	2	40	30
Pouso Alegre	1	3	3	4	31	26
Santos Dumont	1	2	2	1	10	1
Uberaba	1	6	1	1	15	17
Viçosa	1	10	3	2	80	35
Visconde do Rio Branco	2	2	2	1	25	1
TOTAL	**27**	**111**	**52**	**25**	**664**	**279**

(*) Em cada dia de atividade desenvolvida no município, registrou-se, em média, uma carga horária de 4 horas

4.1.5.2 – Dados consolidados da etapa municipal – Parlamento Jovem de Minas 2013

Carga horária (*)	Público participante (monitores e estudantes)
864 horas	1.054

*Considerando 3 horas de atividades semanais ao longo de 16 semanas, mais 3 horas da plenária municipal

4.2 – Visitas orientadas

Categorias	Visitas	Carga horária	Alunos participantes
Ensino fundamental	27	54 horas	873
Ensino médio	16	32 horas	517
Ensino superior	21	63 horas	801
Turmas especiais	6	12 horas	163
TOTAL	**70**	**161 horas**	**2.354**

4.3 – Formação política

Atividades	Período/ Data	Público	Carga horária	Participantes
Curso EaD – TV Escola – Processo Legislativo: como as leis são feitas?	18/2 a 31/3/13	Público interessado em conhecer a temática do processo legislativo	6 horas	166
Cidadania na Escola – Estudos e pesquisas (em parceria com a Secretaria de Estado da Educação)	11/4 a 30/4/13	Professores da rede estadual de ensino de Minas Gerais e servidores da Secretaria de Estado de Educação previamente convidados	320 horas	13

continua...

...continuação

Curso – Acompanhando o Legislativo	11/6/13	Representantes de organizações da sociedade civil e público interessado	7 horas	43
EaD – Treinando a Nova Ortografia	9/9 a 2/12/13	Servidores da ALMG e público externo interessado	6 horas	45
EaD – Noções de Ortografia	9/9 a 2/12/13	Servidores da ALMG e público externo interessado	10 horas	63
EaD – Crase: Entendendo e Praticando	9/9 a 2/12/13	Servidores da ALMG e público externo interessado	8 horas	67
Conexão Assembleia – Processo Legislativo na ALMG	24 e 25/9/13	Alunos do 2º período do curso de Direito da Faculdade Milton Campos	8 horas	200
Conexão Assembleia – Monitoramento de Políticas Públicas e Acompanhamento da Tramitação das Peças do Orçamento Público – 14 atividades, entre cursos, encontros e acompanhamento das reuniões do processo legislativo	19/9 a 27/11/13	Alunos do curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais	43 horas	10
EaD – Planejamento e Orçamento Público	14/10 a 15/12/13	Representantes da sociedade civil, participantes das audiências públicas de revisão do PPAG e demais pessoas interessadas	12 horas	68
Curso – Planejamento e Orçamento Público – Sistemas PPAG 2012-2015 – Revisão 2014 – LOA 2014 – 2 turmas	25/10 e 1º/11/13	Representantes da sociedade civil, participantes das audiências públicas de revisão do PPAG	6 horas	42
TOTAL			**426 horas**	**717**

5. Pesquisa e reflexão

5. PESQUISA E REFLEXÃO

RESULTADO CONSOLIDADO

Atividades (1)	Carga horária	Participantes
33	412 horas	634

(1) Total de atividades oferecidas, considerando-se o somatório de turmas, disciplinas ou atividades

5.1 – Especialização em Poder Legislativo e Políticas Públicas

5.1.1 – Turma 2011

Atividade	Data	Público	Carga horária	Alunos matriculados
Seminário de apresentação dos trabalhos de conclusão de c urso – Turma 2011	23/8 a 9/6/13	Alunos matriculados na turma 2011	12 horas	29
TOTAL			**12 horas**	**29**

5.1.2 – Turma 2012

Disciplina	Data	Público	Carga horária	Alunos matriculados	Alunos inscritos em atividades isoladas
Disciplina: Mobilidade Urbana (1) Prof. Paulo Rogério da Silva Monteiro	28/1 a 31/1/13	Alunos matriculados na turma aberta em 2012	24 horas	28	4
Disciplina: Comunicação e Política (1) Profª. Ângela Cristina Salgueiro Marques	28/1 a 31/1/13				16
Disciplina: Estado, Serviço Público e Sociedade Prof. Antônio José Calhau de Resende	18/2 a 25/3/13		24 horas		-

continua...

...continuação

Disciplina	Data	Público	Carga horária	Alunos matriculados	Alunos inscritos em atividades isoladas
Disciplina: Dinâmica do Processo Legislativo (1) Palestra: *Princípios do processo legislativo* Prof. Guilherme Wagner Ribeiro	21/3/13	Alunos matriculados na turma aberta em 2012	3 horas	28	2
Disciplina: Parlamento, Linguagem e Texto Normativo Profs. Bernardo Costa Couto e Marcos Castro Alvarenga	1º/4 a 6/5/13		24 horas		-
Disciplina: Políticas Sociais, Cidadania e Desigualdade (1) Profs. Maria Regina Alvares e Patrus Ananias de Souza	13/5 a 17/6/13		24 horas		2
Disciplina: Dinâmica do Processo Legislativo (1) Palestra: *Processo legislativo e a qualidade da legislação* – Prof. José Alcione Bernardes Júnior	16/5/13		3 horas		1
Disciplina: Dinâmica do Processo Legislativo (1) Palestra: *Limites da iniciativa parlamentar sobre políticas públicas* – Prof. João Trindade Cavalcante Filho	6/6/13		3 horas		72
Disciplina: Comunicação e Parlamento (ênfase em Comunicação) Profª. Alessandra Aldé	29 a 31/7		24 horas		12
Disciplina: Direito e Política Urbana (ênfase em Política Urbana) Profª. Daniela Campos Libório Di Sarno	29 a 31/7/13		24 horas		-
Disciplina: Parlamento e Políticas Públicas Palestra: *Cidades, mídias e políticas públicas: reflexões sobre as recentes manifestações populares* Profs. Ângela Cristina Salgueiro Marques e Guilherme Wagner Ribeiro	31/7/13		4 horas		34
Disciplina: Cidade, Meio Ambiente e Cultura (ênfase em Política Urbana) – Profª Liana Portilho Mattos	5/8 a 9/9/13		24 horas		3
Disciplina: Democracia, Internet e E-Governo (ênfase em Comunicação Pública) – Prof. Marconi Martins de Laia	5/8 a 9/9/13		24 horas		1
TOTAL			**205 horas**	**28**	**147**

(1) Disciplina aberta à participação de público interessado

5.1.3 – Turma 2013

Disciplinas	Data	Público	Carga horária	Alunos matriculados	Alunos inscritos em atividades isoladas
Disciplina: Teoria Democrática, Representação e Participação Política (1) Profª. Maria de Fátima Junho Anastasia	8/3 a 19/4/13	Alunos matriculados na turma aberta em 2013	24 horas	30	1
Disciplina: Constituição, Democracia e Política (1) Palestra: *Paradigmas do Estado e separação de Poderes* Profº. Menelick de Carvalho Netto	22/4/13		3 horas		83
Disciplina: Sistema Eleitoral e Partidário (1) Prof. Carlos Ranulfo Felix de Melo	26/4 a 7/6/13		24 horas		2
Disciplina: Constituição, Democracia e Política (1) Palestra: *O republicanismo de Maquiavel* Prof. Carlo Gabriel Pancera	20/5/13		3 horas		64
Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica Profª. Helena Maria Gomes Queiroz	14/6 a 22/8/13		24 horas		-
Disciplina: Constituição, Democracia e Política (1) Palestra: *Constitucionalismo e democracia: o direito à diversidade como corolário da igualdade* Prof. Alexandre Melo Franco Bahia	24/6/13		3 horas		53
Disciplina: Parlamento e Políticas Públicas Profª. Rita de Cássia Leal Fonseca dos Santos	29 a 31/7/13		24 horas		1
Disciplina: Tópicos de Política Brasileira Prof. Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos	9/8 a 11/10/13		24 horas		-
Disciplina: Estado, Serviço Público e Sociedade Prof. Antônio José Calhau de Resende	20/9 a 25/10/13		24 horas		-
Disciplina: Constituição, Democracia e Política (1) Palestra: *A judicialização da política* Profº. Fernando de Barros Filgueiras	29/10/13		3 horas		23
Disciplina: Finanças Públicas e Sistema Orçamentário Prof. Fabrício Augusto de Oliveira	1º/11 a 13/12/13		24 horas		-
Disciplina: Constituição, Democracia e Política (1) Palestra: *A liberdade de manifestação na cidade* Prof. Thomas Bustamante	11/11/13		3 horas		15
Disciplina: Constituição, Democracia e Política (1) Palestra: *O princípio da igualdade e a política de cotas* Prof. Álvaro Ricardo de Souza Cruz	9/12/13		3 horas		27
TOTAL			**186 horas**	**30**	**269**

1) Disciplina aberta à participação de público interessado

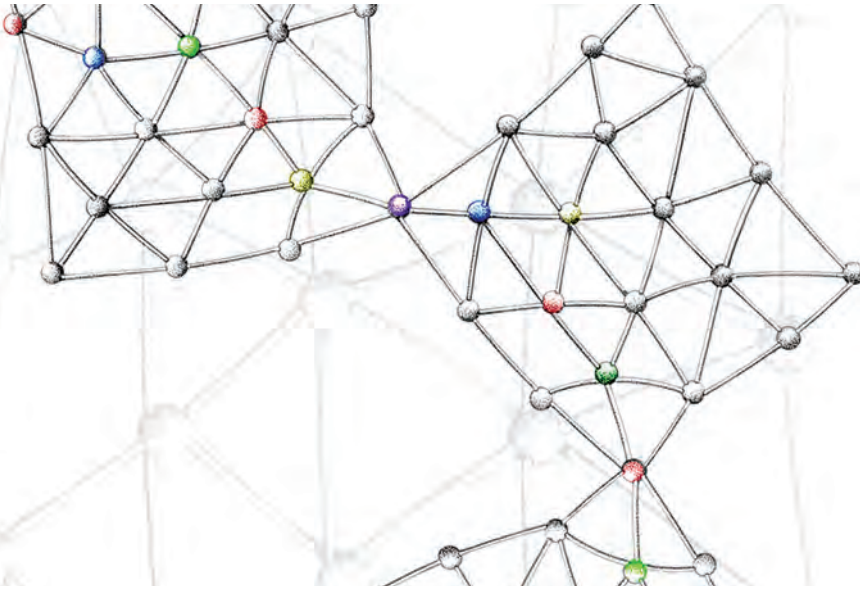
5.2 – Pensando em Minas

Atividades	Período/Data	Público	Carga horária	Participantes
Reforma política e sistema partidário Expositores: Rafael Câmara de Melo, Rodolfo Viana Pereira Coordenador: Wladimir Rodrigues Dias	21/8/13	Servidores públicos, professores, estudantes e público interessado	3 horas	63
A modernidade no discurso político: a Assembleia Legislativa e o governo JK em Minas Gerais Expositoras: Maria Beatriz Gontijo dos Santos e Maria Elisabete Gontijo dos Santos	12/9/13		3 horas	39
Mobilização coletiva: entre a internet e a rua Expositores: Carolina Abreu Albuquerque e Frederico da Cruz Vieira de Souza	10/10/13		3 horas	29
TOTAL			**9 horas**	**131**

5.3 – Publicações

Publicação	Data de Lançamento
Cadernos da Escola do Legislativo – Nº 22 – Julho/dezembro 2012	Março/2013
Relatórios do Nepel – *A modernidade no discurso político: a Assembleia Legislativa e o Governo JK em Minas Gerais*	Setembro/2013
Cadernos da Escola do Legislativo – Nº 23 – Janeiro/junho 2013	Outubro/2013

6. Atuação em rede



6. ATUAÇÃO EM REDE

Rede	Atividades
Rede de Escolas de Formação de Agentes Públicos de Minas Gerais (Reap-MG)	Participação nas reuniões quinzenais preparatórias do Congresso de Direito Constitucional realizado pela PUC Minas em parceria com a Reap-MG; participação em encontros quinzenais do Núcleo de Educação para Cidadania da Reap-MG, para elaboração de um projeto coletivo de Educação para cidadania destinado às escolas de ensino básico de Belo Horizonte
Seminário da Rede de Escolas de Formação de Agentes Públicos de Minas Gerais (Reap-MG)	Participação de servidores da ELE, de 20 a 22/5/13 – Belo Horizonte
XVII Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais e XXI Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel)	Participação de servidores da ELE de 21 a 24/5/13 – Recife
XXII Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel)	Participação de servidores da ELE nos dias 30 e 31/10/13 – Brasília
Rede de Escolas do Legislativo de Minas Gerais	Participação nas solenidades de lançamento das Escolas do Legislativo das Câmaras Municipais de Uberaba (4/4/13), Uberlândia (3/6/13) e São João del-Rei (20/6/13)

7. Outras atividades

7. OUTRAS ATIVIDADES

Atividade	Participação
Projeto estratégico Educação para Cidadania no Parlamento	A Escola do Legislativo coordena o projeto, que compõe a carteira do Direcionamento Estratégico da ALMG 2010/2020
TV Escola – *É você que faz a política*	Produção de conteúdos para 10 aulas sobre a exposição *É você que faz a política*, para a série TV Escola, produzida pela TV Assembleia
Reativação dos núcleos de estudos temáticos da Escola do Legislativo	Foram reativados o Núcleo de Estudos Jurídicos (Projeto Avanços e Retrocessos da Carta Mineira), o Núcleo de Estudos Linguísticos (Projeto Parlamento e Linguagem) e o Núcleo de Estudos Política e Cidadania (Projeto Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais)
V Seminário Internacional de Educação a Distância – Meios, Atores e Processos – Centro de Apoio à Educação a Distância e Pró-Reitoria de Graduação da UFMG (Cade/UFMG)	Apresentação de trabalho sobre o programa Educação a Distância da ALMG/Escola do Legislativo – Guilherme Wagner Ribeiro e Simone Mordente de Souza – de 2 a 4/9/13